

**IDENTIDADE NACIONAL MOÇAMBICANA NOS MANUAIS  
DE HISTÓRIA DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE  
(1975-1992)**

Cassiano Floriano Fraga<sup>1</sup>

Buscando aproximar o leitor das problemáticas inerentes ao objeto de pesquisa, buscar-se-á, no decorrer das próximas páginas, apresentar algumas questões que dizem respeito à construção da identidade nacional moçambicana. Importante frisar que esta pesquisa está em andamento, sendo o esforço empreendido aqui o de apontar alguns caminhos sobre a presente investigação e, desse modo, maiores considerações podem ser apresentadas no seguimento da análise das fontes.

A pesquisa visa analisar a relevância dos *manuals didáticos* moçambicanos para a criação de um projeto de *nação*, sendo os manuais concebidos como depositários de um conjunto de valores, bem como símbolos e noções de pertencimento para os futuros cidadãos moçambicanos assim almejados pela camada dirigente do Estado da República Popular de Moçambique entre os anos de 1975 e 1992. Desse modo, julga-se pertinente dar o tratamento adequado ao *objeto livro didático*, considerando os manuais didáticos estatais como *documentos*, seguindo as categorias para análise apresentadas por Allain Choppin, respeitando a “multiplicidade de suas funções”: (i) *função referencial*; (ii) *função instrumental*; (iii) *função ideológica e cultural* e (iv) *função documental* (CHOPPIN, 2004). Como função documental, as análises sobre os manuais didáticos se tornam profícuas no que diz respeito a identificação dos anseios dos dirigentes do Estado de acordo com o período em que foi elaborado e concebido, sendo assim, “analisando os conteúdos em busca de informações alheias a ele mesmo (CHOPPIN, 2004, p.554).

Da mesma maneira, o trabalho pretende analisar o papel das instituições de ensino estatais para a constituição dos referenciais de pertencimento coletivo vinculadas aos anseios e perspectivas de seus agentes promotores, assim como as implicações dos imperativos da modernidade, intrínseco ao projeto de nação, na escrita da História de Moçambique independente.

A República Popular de Moçambique, sobre liderança da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) desde sua independência em 25 de junho de 1975 do jugo colonial

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista Capes. E-mail: [cassiano.fraga@hotmail.com](mailto:cassiano.fraga@hotmail.com)

português, propôs, a partir das premissas da camada dirigente do estado, constituir as características voltadas para a construção da identidade nacional do país, sendo que nesse processo as instituições de pesquisa e ensino foram essenciais para a constituição do projeto de nação e, os manuais didáticos, uma das ferramentas utilizadas para alcançar tais objetivos.

A longa Guerra de Libertação travada entre as guerrilhas rurais e as tropas do Exército Colonial Português, culmina com o poder nas mãos da FRELIMO, principal guerrilha anticolonial e força motriz capaz de gerir o processo de formação do novo Estado-Nação. Dessa maneira, coube aos intelectuais moçambicanos vinculados ao partido assumirem os papéis de promotores das mudanças revolucionárias de acordo com os preceitos *marxistas-leninistas*, formalmente assumidos a partir do III Congresso da FRELIMO realizado no ano de 1977.

Importante salientar que em meio à Guerra de Libertação indivíduos engajados na emancipação colonial procuraram “reescrever” a História de Moçambique, buscando assim laços de pertencimento comunitário que visassem o *anticolonialismo* e a *unificação* da população contra o inimigo em comum. A literatura didática possui papel relevante para esses objetivos na medida em que eram utilizadas nas escolas criadas pelos guerrilheiros da FRELIMO nas *Zonas Libertadas* do colonialismo português. Desse modo, a produção e utilização importavam para o processo de libertação ao escrever a história a partir de um ponto de vista moçambicano, sendo “o povo”, seu grande protagonista na resistência contra o colonialismo.

Esse é o caso do manual didático “História de Moçambique”, publicado em 1971 pela Editora Afrontamento, em Portugal, e editado pelo Departamento de Educação e Cultura da FRELIMO. Esse manual procura adequar sua produção ao ensino e à estratégia revolucionária, conforme é mencionado em sua introdução: “o método que vamos adoptar (sic) para estudar a História de Moçambique, será um método que se vai adaptar às atuais condições da luta do povo moçambicano, portanto, um método revolucionário” e afirmando que “como todos os outros povos do mundo, o povo moçambicano tem uma história” (MOÇAMBIQUE, 1971, Introdução)<sup>2</sup>.

Resgatando as sociedades que possuíam suas organizações sociais na região antes da chegada do colonizador, o manual didático acaba por alinhar, em sua perspectiva revolucionária, o passado autônomo e grandioso das antigas sociedades para a constituição do “povo moçambicano”, visando assim, a unificação dos povos para formação da nação.

---

<sup>2</sup> A numeração desse manual didático se inicia a partir da primeira página do primeiro capítulo (capítulo I, página 1), sendo as páginas anteriores não contabilizadas na edição.

Após a independência, durante os primeiros anos de euforia do contexto revolucionário levado pelo êxito da Guerra de Libertação, os dirigentes da FRELIMO buscaram fundamentar as bases para a nova nação. A escrita da história, desvinculada do passado colonial e importante para a autoafirmação de Moçambique independente, contou com a formação de quadros de profissionais de educação e pesquisa, vinculadas as recém-criadas instituições de Moçambique independente. Dentre essas instituições cabe mencionar a criação do Centro de Estudos Africanos (CEA), vinculado à Universidade Eduardo Mondlane (Universidade Lourenço Marques antes da independência do país), e o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM).

Em 1983 é aprovada pela cúpula da FRELIMO a Lei do Sistema Nacional de Educação, dispositivo legal onde se encontram as bases para a formação dos novos cidadãos de Moçambique. A característica almejada para a padronização da população tem como essência a constituição do *homem novo revolucionário*, figura almejada pelo líder guerrilheiro Samora Moisés Machel. Segundo a lei, o homem novo deveria ser

um homem livre do obscurantismo, da superstição e da mentalidade colonial, um homem que assume os valores da sociedade socialista, nomeadamente: a unidade nacional, o amor à Pátria e o espírito do internacionalismo proletário; o gosto pelo estudo, pelo trabalho e pela vida coletiva; o espírito de iniciativa e o sentido da responsabilidade; a concepção científica e materialista do mundo; o engajamento e a contribuição ativa com todos os seus conhecimentos, capacidades e energia, na construção do socialismo. (MOÇAMBIQUE, 1983, p.14).

Como parte do projeto de formação da nova nação, notam-se as premissas da modernidade salientadas pela legislação. A criação do “novo indivíduo”, desvinculado do passado colonial e dos laços com as comunidades tradicionais, deveria assumir os traços necessários para a construção do socialismo, ao mesmo tempo em que se afasta das características tradicionais depreciativamente denominadas de “obscurantismo” e “superstição”, sendo que o “tribalismo” é considerado um dos maiores empecilhos para a unificação nacional. No seio das contradições existentes entre o projeto unitarista de nação da FRELIMO em uma sociedade que possui a diversidade como característica, esse conflito ficaria caracterizado pela aversão de algumas etnias preteridas pelas políticas do novo Estado que, negligenciando as lideranças tradicionais, acabara por agravar os conflitos ocorridos no país, notadamente a Guerra Civil entre as tropas da FRELIMO e a guerrilha da RENAMO (Renovação Nacional Moçambicana), oposta ao projeto de nação imposto pela FRELIMO.

Por conta das contradições prescritas por esse projeto, interroga-se o modo como na constituição da bibliografia escolar moçambicana do referido período estão inseridos substratos simbólicos e valorativos que corroboram para a estigmatização de características voltadas para

a história de uma África mitificada. Como legado deixado pela intervenção colonialista europeia, além da violência física utilizada para a conquista territorial e exploração das populações pelas potências imperialistas, notam-se permanências dos modelos de racionalidade que perpetuam estereótipos construídos pela narrativa do colonizador para legitimação do poder, de acordo com as perspectivas de alguns pensadores africanos como Valentim Mudimbe, por exemplo, que em sua obra “A invenção de África” (2013) denuncia a banalização do modo de pensar africano, assim como a criação de uma *biblioteca colonial*, quer dizer,

um conjunto de enunciados emanados de distintos grupos de observadores externos que acabaram por constituir “regimes de verdade” e servir de recurso de autoridade de uma “razão etnológica” amplamente empregada na interpretação da realidades africanas – inclusive por africanos. (MACEDO, 2016, p.287-288).

Nesse sentido, busca-se na literatura didática traços do colonialismo ainda presentes na constituição dos conteúdos, na formação da narrativa e, principalmente, na forma como alguns imperativos da modernidade impostos pelo passado colonial permanecem implícita ou explicitamente nos discursos presentes nos manuais de história de Moçambique independente que, apesar de relevantes para a autoafirmação através da escrita de sua própria história, desvelam contradições implícitas ao projeto unitarista de nação em contraponto com a diversidade étnico-cultural existente no país.

## REFERÊNCIAS

CHOPPIN, A. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n3, p. 549-566, set./dez. 2004.

CONCEIÇÃO, Maria Telvira da. *Interrogando discursos raciais em livros didáticos de História: entre Brasil e Moçambique - 1950-1995*. São Paulo, tese de doutorado em História Social, PUC-SP, 2015. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/12866/1/Maria%20Telvira%20da%20Conceicao.pdf>

HOFISSO, Narciso. *A Problemática da Utilidade dos Manuais de História no Ensino Primário de Moçambique*. Actas do Colóquio “Construção e Ensino da História da África”. Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: Linopazas Ltda, 1995. p. 555-564.

MACAGNO, Lorenzo. *Fragments de uma imaginação nacional*. Revista Brasileira de Ciências Sociais - VOL. 24 Nº 70, p.17-35, junho/2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v24n70/a02v2470.pdf>.

MACEDO, José Rivair. Intelectuais africanos e estudos pós-coloniais: considerações sobre Paulin Houtoundji, Valentim Mudimbe e Achille Mbembe. *Catalão-GO*, v. 16, n. 2, p. 280-298, jul./dez. 2016.

MOÇAMBIQUE. Departamento de Educação e Cultura da FRELIMO. *História de Moçambique*. Coleção Libertação dos Povos das Colônias - Volume 2. Porto: Edições Afrontamento, 1971.

MOÇAMBIQUE, Lei nº 4/83, de 23 de março de 1983. Aprova a Lei do Sistema Nacional de Educação e define os princípios fundamentais na sua aplicação. Boletim da República I Série nº 12 - 3º Suplemento. Maputo, 1983. p.13-21. Disponível em: [http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/documentos\\_educacao.html](http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/documentos_educacao.html).

MUDIMBE, Valentin Yves. *A Invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde (Portugal), Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013

NEWITT, M. *História de Moçambique*. Lisboa: Edições Europa-América, 1995

PAREDES, Marçal de Menezes. *A Construção da Identidade Nacional Moçambicana no pós-Independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa*. Anos 90, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p.131-161, dez. 2014

RIBEIRO, Fábila Barbosa. *Educação e Ensino de História em contextos coloniais e pós-coloniais*. Caico, v.16, nº36, p. 27-53, jan./jul. 2015.